

QUARTO PERÍODO

Conhecimentos gerais

1. Durante cinco minutos, a torre Eiffel, um dos ícones da cidade-luz, ficou apagada. Em Roma, a prefeitura foi iluminada com as cores azul, branca e vermelha. Em Brasília, a embaixada francesa adotou um minuto de silêncio, assim como em outras partes do planeta. As homenagens às vítimas do atentado se reproduziram globalmente, em repúdio ao terrorismo. Fontes oficiais afirmam que um dos autores, de origem franco-argelina, recebeu treinamento militar da Al-Qaeda no Iêmen. (Correio Braziliense. 9/1/2015 (com adaptações))

Considerando o fragmento de texto acima como referência e os múltiplos aspectos relacionados ao tema por ele abordado, assinale a alternativa incorreta.

A) O texto remete aos recentes atentados terroristas ocorridos em Paris, cujos alvos foram a redação da revista Charlie Hebdo — que resultou na morte de vários de seus mais conhecidos colaboradores — e uma mercearia especializada na venda de alimentos voltados para o público judeu.

B) Há consenso entre os especialistas de que as ações terroristas protagonizadas por seguidores radicais do Islã, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda, refletem um choque de civilizações no qual o Oriente se insurge contra a histórica dominação ocidental.

C) A expressão je suis Charlie (eu sou Charlie), presente em cartazes logo nas primeiras manifestações de repúdio aos atos de terror na capital francesa, passou a ser utilizada em várias regiões do planeta como forma de solidariedade aos jornalistas mortos. Por meio da expressão, afirma-se que a violência praticada ultrapassa suas vítimas diretas, atingindo a todos indistintamente.

D) A organização terrorista mencionada no texto foi acusada de ter praticado os atentados contra os Estados Unidos da América no dia onze de setembro de 2001, que destruiu as torres do edifício World Trade Center, em Nova Iorque, e de parte do prédio do Pentágono, em Washington, o que foi reconhecido por Osama Bin Laden.

2. Com a globalização da economia social por meio das organizações não governamentais, surgiu uma discussão do conceito de empresa, de sua forma de concepção junto às organizações brasileiras e de suas práticas. Cada vez mais, é necessário combinar políticas públicas que priorizam modernidade e competitividade com o esforço de incorporação dos setores atrasados, mais intensivos de mão de obra. (Disponível em: <<http://unpan1.un.org>>.)

A respeito dessa temática, avalie as afirmações a seguir.

I - O terceiro setor é uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral.

II - É o terceiro setor que viabiliza o acesso da sociedade à educação e ao desenvolvimento de técnicas industriais, econômicas, financeiras, políticas e ambientais.

III - A responsabilidade social tem resultado na alteração do perfil cooperativo e estratégico das empresas que têm reformulado a cultura e a filosofia que orientam as ações institucionais.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

3. Importante website de relacionamento caminha para 700 milhões de usuários. Outro conhecido servidor de microblogging acumula 140 milhões de mensagens ao dia. É como se 75% da população brasileira postasse um comentário a cada 24 horas. Com as redes sociais cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas é inevitável que muita gente encontre nelas uma maneira fácil, rápida e abrangente de se manifestar.

Uma rede social de recrutamento revelou que 92% das empresas americanas já usaram ou planejam usar as redes sociais no processo de contratação. Destas, 60% assumem que bisbilhotam a vida dos candidatos em websites de rede social.

Realizada por uma agência de recrutamento, uma pesquisa com 2.500 executivos brasileiros mostrou que 44% desclassificariam, no processo de seleção, um candidato por seu comportamento em uma rede social.

Muitas pessoas já enfrentaram problemas por causa de informações online, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Algumas empresas e instituições, inclusive, já adotaram cartilhas de conduta em redes sociais. (POLONI, G. O lado perigoso das redes sociais. Revista INFO, p. 70-75, julho de 2011 - adaptado)

De acordo com o texto,

A) Mais da metade das empresas americanas evita acessar websites de redes sociais de candidatos a emprego.

B) Empresas e instituições estão atentas ao comportamento de seus funcionários em websites de redes sociais.

C) A complexidade dos procedimentos de rastreio e monitoramento de uma rede social impede que as empresas tenham acesso ao perfil de seus funcionários.

D) As cartilhas de conduta adotadas nas empresas proíbem o uso de redes sociais pelos funcionários, em vez de recomendar mudanças de comportamento.

4. Uma ideia e um aparelho simples devem, em breve, ajudar a salvar vidas de recém-nascidos. Idealizado pelo mecânico argentino Jorge Odón, o dispositivo que leva seu sobrenome desentala um bebê preso no canal vaginal - e, por mais inusitado, que pareça, foi criado com base em técnica usada para remover rolhas de dentro de garrafas. O aparelho consiste em uma bolsa plástica inserida em uma proteção feita do mesmo material e que envolve a cabeça da criança. Estando o dispositivo devidamente posicionado, a bolsa é inflada para aderir à cabeça do bebê e ser puxada aos poucos, de forma a não machucá-lo. O método de Odón deve substituir outros já arcaicos como o de fórceps e o de tubos de sucção, os quais, se usados por mãos maltreinadas, podem comprometer a vida do bebê, o que, segundo especialistas, não deve acontecer com o novo equipamento.

Segundo o The New York Times, a ideia recebeu apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e já foi até licenciada por uma empresa norte-americana de tecnologia médica. Não se sabe quando o equipamento começará a ser produzido nem o preço a ser cobrado, mas presume-se que ele não passará de 50 dólares, com redução do preço em países mais pobres. (GUSMÃO, G. Aparelho deve facilitar partos em situações de emergência. In: Revista Exame, editora Abril)

Com relação ao texto acima, avalie as afirmações a seguir.

I - A utilização do método Odón poderá reduzir a taxa de mortalidade de crianças ao nascer, mesmo em países pobres.

II - Por ser uma variante dos tubos de sucção, o aparelho desenvolvido por Odón é resultado de aperfeiçoamento de equipamentos de parto.

III - Por seu uso simples, o dispositivo de Odón tem grande potencial de ser usado em países onde o parto é usualmente realizado por parteiras.

IV - A possibilidade de, em países mais pobres, reduzir-se o preço do aparelho idealizado por Odón evidencia preocupação com a responsabilidade social.

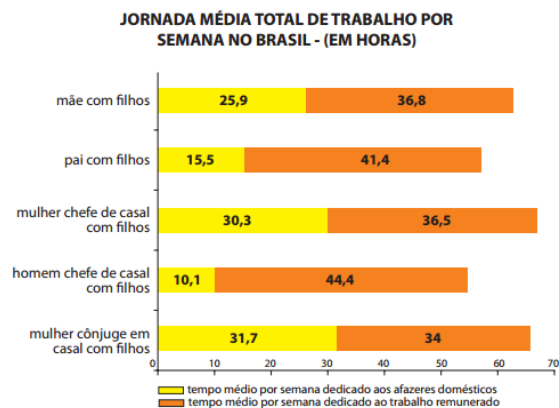
É correto apenas o que afirma em

- A) I e II
- B) I e IV
- C) II e III
- D) I, III e IV

5. As mulheres frequentam mais os bancos escolares que os homens, dividem seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa, geram renda familiar, porém continuam ganhando menos e trabalhando mais que os homens.

As políticas de benefícios implementadas por empresas preocupadas em facilitar a vida das funcionárias que têm criança pequena em casa já estão chegando ao Brasil. Acordos de horários

flexíveis, programas como o auxílio-creche, auxílio-babá e auxílio-alimentação são alguns dos benefícios oferecidos. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>)



Considerando o texto e o gráfico, avalie as informações a seguir.

I - O somatório do tempo dedicado pelas mulheres ao afazeres domésticos e ao trabalho remunerado é superior ao dedicado pelos homens, independentemente do formato da família.

II - O fragmento de texto e os dados do gráfico apontam para a necessidade de criação de políticas que promovam a igualdade entre os gêneros no que concerne, por exemplo, a tempo médio dedicado ao trabalho e remuneração recebida.

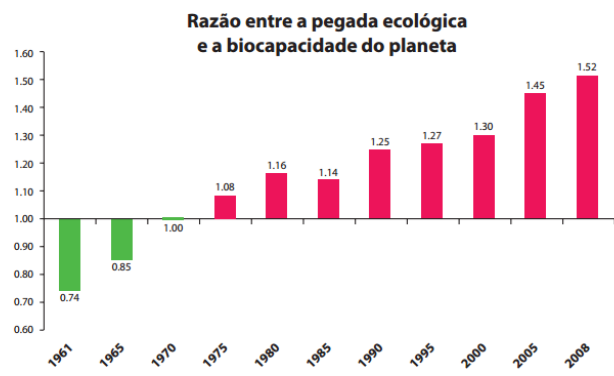
III - No fragmento de reportagem apresentado, ressalta-se a diferença entre o tempo dedicado por mulheres e homens ao trabalho remunerado, sem alusão aos afazeres domésticos.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

6. Pegada ecológica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais que necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de área equivalente a 10 000 m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada ecológica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio ambiente é a reposta na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à

capacidade do planeta de se recuperar e, se for inferior a 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.



Disponível em: <<http://financasfaceis.wordpress.com>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O aumento da razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade representado no gráfico evidencia

- A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000 m² devido ao padrão de consumo de produtos agrícolas.
 B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.
 C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas
 D) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

7. O quadro a seguir apresenta a proporção (%) de trabalhadores por faixa de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho, no Brasil e em três cidades brasileiras.

Tempo de deslocamento	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
Até cinco minutos	12,70	5,80	5,10	7,80
De seis minutos até meia hora	52,20	32,10	31,60	45,80
Mais de meia hora até uma hora	23,60	33,50	34,60	32,40
Mais de uma hora até duas horas	9,80	23,20	23,30	12,90
Mais de duas horas	1,80	5,50	5,30	1,20

CENSO 2010/IBGE (adaptado).

Com base nos dados apresentados e considerando a distribuição da população trabalhadora nas cidades e as políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, avalie as afirmações a seguir.

I - A distribuição das pessoas por faixa de tempo de deslocamento casa-trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro é próxima à que se verifica em São Paulo, mas não em Curitiba e na média brasileira.

II - Nas metrópoles, em geral, a maioria dos postos de trabalho está localizada nas áreas urbanas

centrais, e as residências da população de baixa renda estão concentradas em áreas irregulares ou na periferia, o que aumenta o tempo gasto por esta população no deslocamento casa-trabalho e o custo do transporte.

III - As políticas públicas referentes a transportes urbanos, como, por exemplo, o Bilhete Único e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ao serem implementadas, contribuem para redução do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho e do custo do transporte.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
 B) III, apenas.
 C) I e II apenas.
 D) I, II e III.

8. O trecho da música "Nos bailes da vida", de Milton Nascimento, "todo artista tem de ir aonde o povo está", é antigo, e a música, de tão tocada, acabou por se tornar um estereótipo de tocadores de violões e de rodas de amigos em Visconde de Mauá, nos anos 1970. EM tempos digitais, porém, ela ficou mais atual do que nunca. É fácil entender o porquê: antigamente, quando a informação se concentrava em centros de exposição, veículos de comunicação, editoras, museus e gravadoras, era preciso passar por uma série de curadores, para garantir a publicação de um artigo ou livro, a gravação de um disco ou a produção de uma exposição. O mesmo funil, que poderia ser injusto e deixar grandes talentos de fora, simplesmente porque não tinham acesso às ferramentas, às pessoas, ou às fontes de informação, também servia como filtro de qualidade. Tocar violão ou encenar uma peça de teatro em um grande auditório costumava ter um peso muito maior do que fazê-lo em um bar, um centro cultural ou uma calçada. Nas raras ocasiões em que esse valor se invertia, era justamente porque, para uso do espaço "alternativo", havia mecanismos de seleção tão ou mais rígidos que os do espaço oficial. (RADFAHRER, L. Todo artista tem de ir aonde o povo está. In: Itaú Cultural).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O processo de evolução tecnológica da atualidade democratiza a produção e a divulgação de obras artísticas, reduzindo a importância que os centros de exposição tinham nos anos 1970.

PORQUE

II - As novas tecnologia possibilitam que artistas sejam independentes, montem seus próprios ambientes de produção e disponibilizem seus trabalhos, de forma simples, para um grande número de pessoas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

9. O ciclo da política pública pode ser interpretado da seguinte forma: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda-setting (inserção ou exclusão do tema da pauta); 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e 5) avaliação de políticas e eventual correção da ação. Conforme este modelo, o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos, que na prática, não são seguidos à risca pelos atores político-administrativos. Os processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se em todas as fases do ciclo, ou seja, a avaliação e correção da ação pode ser feita em todas as etapas, conduzindo a adaptações permanentes dos programas. (FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, v. 21, 2000)

O texto trata do ciclo de políticas públicas, o qual

- A) é um modelo padrão, utilizado pelo Legislativo para fiscalizar obras executadas pelos governos.
 B) induz ao erro político, pois não há espaço para a construção de políticas públicas com efetividade para a população.
 C) é um modelo padrão, utilizado pelos governos para a implementação de políticas públicas, independentemente do contexto.
 D) oferece um quadro de referência para a análise processual da política pública, servindo como um modelo para a avaliação da política pública.

10. A Antropologia e o Direito, cada qual como um domínio do saber, contribuem para a eficácia dos laudos antropológicos. Há regras e expectativas que não se limitam à produção antropológica. A busca e a apresentação de provas durante a perícia não podem ficar restritas ao domínio da teoria antropológica. A Ciência do Direito contribui com a orientação de como proceder na investigação, que leva à apresentação de provas para o conhecimento do Juiz Federal e fornece fundamentos antropológicos ao laudo. O Direito define o que é a perícia. A Etnografia que o antropólogo produz sobre determinado povo indígena contribui para informar sobre o território, a antiguidade da ocupação indígena, a língua falada, ou as línguas faladas (o Kaingang e o português, por exemplo), o tipo de organização social, as relações sociais e de parentesco, o papel da família, a família nuclear, a família extensa, a

monogamia, a poliandria, a poliginia, as relações que se estabelecem entre índios e não índios no contexto das relações interétnicas, ou intratribais, como o povo indígena elabora e manifesta a sua identidade, como explora o meio ambiente, como organiza suas roças, a coleta, a caça, a pesca com armadilhas, observa as plantas, cria saberes sobre as plantas que encontra na natureza, realiza a medicina caseira.

(HELM, C. M. V. A etnografia, a perícia e o laudo antropológico nos processos judiciais. Cadernos da Escola de Direito e relações internacionais, v. 1, n. 15, 2011, p. 5-17)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A comunidade indígena constitui-se como sujeito de direitos diante de instituições, normas e procedimentos administrativos.

PORQUE

II - Os laudos antropológicos são elaborados com base nas perícias jurídicas e na etnografia produzida por antropólogos sobre determinados povos indígenas.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Linguagem Jurídica

11.

Samba do Approach

Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch
 Eu ando de ferryboat
 Eu tenho savoir-faire
 Meu temperamento é light
 Minha casa é hi-tech
 Toda hora rola um insight
 Já fui fã do Jethro Tull
 Hoje me amarro no Slash
 Minha vida agora é cool
 Meu passado é que foi trash
 Fica ligada no link
 Que eu vou confessar, my love
 Depois do décimo drink
 Só um bom e velho engov
 Eu tirei o meu green card
 E fui pra Miami Beach
 Posso não ser pop star
 Mas já sou um nouveau riche

Eu tenho sex-appeal
 Saca só meu background
 Veloz como Damon Hill
 Tenaz como Fittipaldi
 Não dispense um happy end
 Quero jogar no dream team
 De dia um macho man
 E de noite uma drag queen.
 (Zeca Baleiro)

Considerando o texto, avalie as informações a seguir.

I- "(...) Assim, nenhum verbo importado é defectivo ou simplesmente irregular, e todos são da primeira conjugação e se conjugam como os verbos regulares da classe."(POSSENTI, Sírio. Revista Língua. Ano I, n.3, 2006.)

II- "O estrangeirismo lexical é válido quando há incorporação de informação nova, que não existia em português."

III- "O problema do empréstimo lingüístico não se resolve com atitudes reacionárias, com estabelecer barreiras ou cordões de isolamento à entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se, queiram ou não queiram os seus gramáticos, à condição de mero usuário de criações alheias."

(CUNHA, Celso. A língua portuguesa e a realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.)

IV- "Para cada palavra estrangeira que adotamos, deixa-se de criar ou desaparece uma já existente." (PILLA, Éda Heloisa. Os neologismos do português e a face social da língua. Porto Alegre: AGE, 2002.)

O Samba do Approach, de autoria do maranhense Zeca Baleiro, ironiza a mania brasileira de ter especial apego a palavras e a modismos estrangeiros. As assertivas que se confirmam na letra da música são, apenas,

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

12. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. (Leonardo Boff. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997, p. 9.)

Considerando o fragmento de texto acima apresentado, analise o seguinte enunciado:

Na leitura, fazemos mais do que decodificar as palavras

PORQUE

a imagem impressa envolve atribuição de sentidos a partir do ponto de vista de quem lê.

Assinale a opção correta a respeito desse enunciado.

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda não é justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.

Texto para as questões 13 e 14:

Em relação aos estigmas linguísticos, vários estudiosos contemporâneos julgam que a forma como olhamos o "erro" traz implicações para o ensino de língua.

A esse respeito leia a seguinte passagem, adaptada da fala de uma alfabetizadora de adultos, da zona rural, publicada no texto Lé com Lé, Cré com Cré, da obra "O Professor Escreve sua História", de Maria Cristina de Campos. "Apresentei-lhes a família do Ta, Te, Ti, To, Tu.

De posse desses fragmentos, pedi-lhes que formassem palavras, combinando-os de forma a encontrar nomes de pessoas ou objetos com significação conhecida. Lá vieram Totó, Tito, tatu e, claro, em meio à grande alegria de pela primeira vez escrever algo, uma das mulheres me exibiu triunfante a palavra teto.

Emocionei-me e aplaudi sua conquista e convidei-a a ler para todos.

Sem nenhum constrangimento, vitoriosa, anunciou em alto e bom som: "teto é aquela doença ruim que dá quando a gente tem um machucado e não cuida direito". (Maria Eunice Moreira, Marisa Magnus Smith e Jocelyne da Cunha Bocchese (Orgs.)

13. Considerando o contexto do ensino de língua descrito no texto acima, analise o seguinte enunciado:

O uso de "teto" em lugar de tétano não deve ser considerado desconhecimento da língua

PORQUE

esse uso revela a gramática interna da aluna.

Assinale a opção correta a respeito desse enunciado.

(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa correta a primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.

14. O fenômeno sociolinguístico constituído pela passagem da proparoxítona “tétano” para a paroxítota “teto”, na variedade apresentada, é observado também no emprego de:

- (A) “mortandela” em lugar de mortadela, e “cunzinha” em vez de cozinha.
 (B) “paia” em lugar de palha, e “fio” em lugar de filho.
 (C) “figo” em lugar de fígado, e “arvre” em vez de árvore.
 (D) “bandeija” em lugar de bandeja, e “naiscer” em lugar de nascer.

15. Analise a charge abaixo para responder à questão:



Disponível em <http://dukechargista.com.br/>

A charge de Duke utiliza as linguagens verbal e não verbal para tecer uma crítica social e política. As charges utilizam os recursos do desenho e do humor para tecer algum tipo de crítica a diversas situações do cotidiano. Sobre a charge do chargista Duke, analise as seguintes afirmações e julgue aquelas que são verdadeiras:

- I. Através da expressão do torcedor, podemos notar que ele se encontra entusiasmado com a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil;
 II. Através da gradação na mudança de expressão do torcedor, podemos perceber que ele possui uma visão crítica sobre a realização da Copa no Brasil;
 III. Não podemos afirmar que exista qualquer tipo de comentário crítico nas entrelinhas da charge, pois essa tem apenas a função de divertir o leitor;
 IV. Podemos inferir que o entusiasmo inicial pela realização dos jogos no Brasil foi substituído por

uma postura pessimista por parte da personagem retratada.

São verdadeiras:

- a) I e III.
 b) I, IV e III.
 c) II e IV.
 d) I, II e IV.

16. TEXTO I

“No seu conjunto, a linguagem jurídica é uma linguagem prática. Ela está a serviço do direito. Ela é ordenada à criação e à realização do direito. Mas esta destinação global não impede que a linguagem jurídica assuma uma pluralidade de funções; pelo contrário, unida ao direito, do qual é a expressão, a linguagem assume as diversas funções.

Assim, parece de início que a linguagem jurídica, instrumento de elaboração da lei (no sentido genérico do termo), do julgamento, das convenções e mesmo da literatura jurídica, participa das funções legislativa, judiciária, da atividade contratual, da criação doutrinária, da ação administrativa. A linguagem acompanha todas as fontes e vias do direito. Ela circula em todos os canais da criação e da realização do direito.”

Texto II

“A linguagem do direito compreende, pois, vários níveis. A suposição global de uma única realidade é substituída pela observação de muitos níveis lingüísticos. Não existe uma linguagem jurídica, mas uma linguagem legislativa, uma linguagem judiciária, uma linguagem convencional, uma linguagem administrativa, uma linguagem doutrinária. O estudo do discurso jurídico não pode ser feito a não ser por nível de linguagem.” (Português forense: língua portuguesa para curso de direito / João Bosco Medeiros, Carolina Tomasi, 2013).

Assim, levando-se em consideração que a finalidade é que atribui a juridicidade à linguagem jurídica, pode-se detalhar seus níveis em:

- I- linguagem legislativa — a linguagem dos códigos, das normas; sua finalidade: criar o direito;
 II - linguagem judiciária, forense ou coloquial — é a linguagem dos processos; sua finalidade é aplicar o direito;
 III - linguagem convencional ou contratual — é a linguagem dos contratos, por meio dos quais se criam direitos e obrigações entre as partes;
 IV - linguagem doutrinária — é a linguagem dos mestres, dos doutrinadores, cuja finalidade é explicar os institutos jurídicos, é ensinar o direito;
 V - linguagem cartorária ou notarial — a linguagem jurídica que tem por finalidade registrar os atos de direito.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I, II e V
 B) II, III e IV

- C) III, IV e V
D) I,III,IV e V

17. Texto I

“No campo da hermenêutica jurídica, ou ciência que estuda a interpretação e aplicação das leis, os paradoxos existem na tradução do que se encontra escrito para o conceito do aplicador do Direito. Isto, quando há norma escrita. Em não havendo, mais paradoxos passam a existir, pois a busca por lei análoga ou pelos princípios gerais do Direito forma um conjunto vasto de interpretação e uma variedade elástica da concretização do que há na face abstrata. Algumas leis são feitas com uso de termos que têm acepções várias.”

Texto II

“A língua portuguesa, como se sabe, contém termos de entendimento mais imediato e outros cujo discernimento exige um estudo mais meticuloso, mais profundo. Tendo como berço o latim clássico e vulgar, e ainda entremeada de legados linguísticos de idiomas como o africano, o árabe, o tupi e os dialetos crioulos (mistura da romanização com as línguas locais) de diversos lugares, a língua portuguesa do Brasil reserva algumas dificuldades aos seus usuários. Em verdade, a norma culta da língua portuguesa (como um todo e não somente a falada no Brasil) não é a que se aprende em casa: para bem saber o idioma portugalense há de frequentar escolas e estudá-lo bem; exatamente como necessário à aquisição de uma segunda língua.

Por todas as dificuldades já expostas, a interpretação das leis brasileiras é um exercício que exige técnica e estudos próprios. E, pelos mesmos motivos, as interpretações são alcançadas pelas visões diversas, pelas interferências pessoais no que, inicialmente, tentou-se escrever. E isto justifica o uso da interferência polissêmica como a maior responsável pela criação de paradoxos na interpretação do Direito brasileiro.”

Fontes: www.oabgo.org.br, www.tjdf.jus.br, www.fdv.br.

O fenômeno linguístico do qual trata os textos é:

- A) Sinonímia
B) Paronímia
C) Polissemia
D) Ambiguidade

18.O senhor

Carta a uma jovem que, estando em uma roda em que dava aos presentes o tratamento de você, se dirigiu ao autor chamando-o “o senhor”:

Senhora:

Aquele a quem chamastes senhor aqui está, de peito magoado e cara triste, para vos dizer que senhor ele não é, de nada, nem de ninguém.

Bem o sabeis, por certo, que a única nobreza do plebeu está em não querer esconder sua condição, e esta nobreza tenho eu. Assim, se entre tantos senhores ricos e nobres a quem chamáveis você

escolhestes a mim para tratar de senhor, é bem de ver que só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa e na prata de meus cabelos. Senhor de muitos anos, eis aí; o território onde eu mando é no país do tempo que foi. Essa palavra “senhor”, no meio de uma frase, ergueu entre nós um muro frio e triste.

Vi o muro e calei: não é de muito, eu juro, que me acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.

(BRAGA, R. A borboleta amarela. Rio de Janeiro: Record, 1991.)

A escolha do tratamento que se queira atribuir a alguém geralmente considera as situações específicas de uso social. A violação desse princípio causou um mal-estar no autor da carta. O trecho que descreve essa violação é:

- A) “Essa palavra, ‘senhor’, no meio de uma frase ergueu entre nós um muro frio e triste.”
B) “A única nobreza do plebeu está em não querer esconder a sua condição.”
C) “Só poderíeis ter encontrado essa senhoria nas rugas de minha testa.”
D) “Não é de muito, eu juro, que acontece essa tristeza; mas também não era a vez primeira.”

19.Desabafo

Desculpem-me, mas não dá pra fazer uma cronicazinha divertida hoje. Simplesmente não dá. Não tem como disfarçar: esta é uma típica manhã de segunda-feira. A começar pela luz acesa da sala que esqueci ontem à noite. Seis recados para serem respondidos na secretária eletrônica. Recados chatos. Contas para pagar que venceram ontem. Estou nervoso. Estou zangado. (CARNEIRO, J. E. Veja, 11 set. 2002 (fragmento).) Nos textos em geral, é comum a manifestação simultânea de várias funções da linguagem, com o predomínio, entretanto, de uma sobre as outras. No fragmento da crônica “Desabafo”, a função da linguagem predominante é a emotiva ou expressiva, pois

- A) O discurso do enunciador tem como foco o próprio código.
B) A atitude do enunciador se sobrepõe àquilo que está sendo dito.
C) O interlocutor é o foco do enunciador na construção da mensagem.
D) O referente é o elemento que se sobressai em detrimento dos demais.

20. Assinale a alternativa em que a palavra em itálico foi corretamente grafada:

- a) Porquê, com a abertura da nossa economia, não aproveitaram para importar outro povo?
b) Com a abertura da nossa economia, por quê não aproveitaram para importar outro povo?
c) Com a abertura da nossa economia, não aproveitaram para importar outro povo. Porquê?
d) Não entendi o porque de não importarem outro povo, com a abertura da nossa economia.

Constitucional

21. "A excessiva demora do Legislativo em aprovar uma proposta de criminalização da homofobia permite que o Supremo Tribunal Federal atue por conta própria para fixar regras contra essa conduta. É o que diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer enviado ao STF após processo apresentado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Para Janot, a corte pode antecipar-se ao Congresso e utilizar o texto da Lei de Racismo a quem cometer crimes resultantes de discriminação motivada por identidade ou orientação sexual.

Segundo o procurador-geral, o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais viola direitos fundamentais do cidadão e exige medida urgente. Além disso, ele disse que o Mandado de Injunção estabelecido na Constituição Federal permite o "diálogo institucional entre os poderes" e "a possibilidade de construção normativa no controle de constitucionalidade".

(Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-20/pgr-muda-opinioao-cabe-supremo-criminalizar-homofobia>>) (texto adaptado)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - De acordo com o exposto acima, A PGR entende que é possível acolher o pedido de aplicação da Lei 7.716/1989 (Lei de Racismo) para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição

PORQUE

II - A necessária criminalização da homofobia e da transfobia não foi deixada apenas à discricionariedade política do legislador pela Constituição da República de 1988, a qual dispôs expressamente a respeito da punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, no art. 5º, XLI, constituindo um mandado expresso de criminalização.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

22.



"Caso paradigmático do beco sem saída da interpretação nacionalista dos tratados ocorreu recentemente, no chamado Caso da Guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, um tema (superação – ou não – da anistia a agentes da ditadura militar brasileira) foi analisado pelo Supremo Tribunal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No âmbito do STF, A ADPF n. 153 pleiteava que fosse interpretado o parágrafo único do art. 1º da lei 6.683 de 1979 conforme a Constituição de 1988, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão (civis ou militares) contra opositores políticos, durante o regime militar. O STF julgou em 28 de abril de 2010 a referida Lei constitucional.

Por sua vez, em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos humanos processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (guardiã da Convenção Americana de Direitos humanos), invocando, ao seu favor, a copiosa jurisprudência daquela Corte contrária às leis de anistia e favorável ao dever de investigação, persecução e punição penal dos violadores de Direitos Humanos. Para a Comissão, o Brasil deve responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, membros do PCdoB, como resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil. Ainda segundo a petição inicial da Comissão, o Estado deve ser responsabilizado internacionalmente por não ter realizado uma investigação penal com o objetivo de julgar e sancionar os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas. Também a Comissão considerou que os recursos judiciais de natureza civil com vistas a obter informação sobre os fatos não foram efetivos para garantir aos familiares das vítimas o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia. Por fim, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação, violaram o direito à integridade psíquica dos familiares dos desaparecidos e da pessoa. Em 24 de novembro

de 2010, meses após a decisão do STF, a Corte condenou o Brasil, julgando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 106/107, jan/dez. 2011/2012) (adaptado)

A partir da charge e do texto assinale a opção correta:

A) Há um conflito insolúvel entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos no que tange à aplicabilidade da lei da anistia.

B) O aparente conflito entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos poderia ter sido solucionado de forma preventiva, por meio do Diálogo das cortes, se o STF tivesse utilizado das posições dos diversos órgãos internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil já se submeteu na fundamentação de sua decisão.

C) Não se pode falar no Brasil na existência de um controle de convencionalidade de atos normativos internos em face de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

D) Deve prevalecer, no caso, a decisão do STF, em razão da soberania nacional.

23. Acerca da ADI, da ADC e da ADPF, assinale a opção correta.

A) Omissão legislativa federal ou estadual que obste a efetividade da CF pode ser objeto de ADI, mas não o pode a omissão administrativa.

B) Podem ser objeto de ADI, entre outros, os atos normativos editados por pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais ou estaduais.

C) Segundo entendimento do STF, todos os legitimados para propor ADI possuem capacidade processual plena e podem subscrever a peça inicial da ação sem auxílio de advogado.

D) Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em ADC, nova análise contestatória da matéria só poderá ser feita mediante a decisão de dois terços dos membros do STF.

24. A respeito da ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

A) Não se considera o município entidade federativa, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

B) As formas de Estado e de governo adotadas na CF são consideradas, devido a previsão expressa, cláusulas pétreas.

C) Quanto ao modo de elaboração, a CF é uma Constituição dogmática, na medida em que se apresenta como produto escrito e sistematizado

por um órgão constituinte, a partir de valores predominantes em determinado momento histórico. D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser novamente apresentada na mesma legislatura.

25. Com base no disposto na CF a respeito da competência dos estados-membros e dos municípios e do procedimento de intervenção federal e estadual, assinale a opção correta.

A) Cabe, em todos os casos, ao presidente da República a iniciativa de decretação de intervenção federal nos estados e no DF, competindo-lhe, ainda, formalizá-la mediante decreto.

B) A intervenção nos municípios cabe somente aos estados-membros, salvo em municípios localizados nos territórios federais, caso em que a concretização da intervenção compete ao Senado Federal.

C) A fiscalização do município compete à assembleia legislativa do respectivo estado, mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou do município ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

D) O poder de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, é dos estados, que devem editar lei complementar para fazê-lo

26. Considerando os critérios de classificação das constituições assinale as afirmações a seguir:

I - Constituições promulgadas são impostas pelos governantes, elaboradas sem a participação do povo. O líder político, ou grupo instalado no poder, decreta a Constituição do país, que, em geral, possui traços autoritários. Na história Brasileira há três constituições formalmente outorgadas.

II – Constituições ditas “normativas” são as que efetivamente conformam o processo político e as relações sociais, sendo objeto de plena observância pela sociedade. As relações de poder, de fato, se desenvolvem em conformidade com as regras e os princípios fixados no texto constitucional.

III – As constituições “garantia” apenas estruturam e limitam o exercício do poder político. São constituições liberais, sintéticas, em regra, cuja função é estabelecer anteparos de proteção do indivíduo contra o poder do Estado e organizar o governo com base no compromisso com a moderação.

IV – A “rigidez” constitucional que fora proposto por James Bryce, para quem a característica específica dessas constituições “reside no fato de que estas constituições possuem uma autoridade superior à das outras leis do Estado, e podem ser alteradas através de método diferente daquele através dos quais as outras leis podem ser editadas ou revogadas”.

Com base nas afirmações, marque a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) Todas estão corretas.

27. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está incorreta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

28. A palavra "neoconstitucionalismo" não é empregada no debate constitucional norteamericano, nem tampouco no que é travado na Alemanha. Trata-se de um conceito formulado sobretudo na Espanha e na Itália, mas que tem reverberado bastante na doutrina brasileira nos últimos anos, sobretudo depois da ampla divulgação que teve aqui a importante coletânea intitulada Neoconstitucionalismo(s), organizada pelo jurista mexicano Miguel Carbonell, e publicada na Espanha em 2003(SARMENTO, Daniel. "O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades". In: SARMENTO, Daniel. Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Até a Segunda Guerra Mundial não se atribuía força normativa às constituições e aos princípios jurídicos e não se considerava como importantes no processo de aplicação do Direito.

PORQUE

II - Prevalecia no velho continente (países romano-germânicos) uma cultura jurídica essencialmente legicêntrica, que tratava a lei editada pelo

parlamento como a fonte principal - quase como a fonte exclusiva - do Direito

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

29. "A Carta de 1988 é, sem nenhuma dúvida, uma Constituição que tem os olhos postos no futuro – embora ela não deixe de conter também um acerto de contas com o passado. Trata-se de uma ordem constitucional que se propõe a ambiciosa empreitada de reconstruir o Estado e a sociedade brasileira sobre bases mais justas e equânimes; de refundar a República a partir de um projeto solidário e inclusivo. É evidente, no entanto, que entre a promessa constitucional e a realidade, medeia um espaço às vezes grande demais, que não será transposto apenas pelo voluntarismo do intérprete. Não se nega aqui que a exacerbação da dimensão utópica da Constituição encerra riscos que não podem ser negligenciados, dentre os quais a própria erosão da sua força normativa. Podemos, assim, conjugar a percepção sobre a reverência devida ao constituinte derivado, como expressão do direito democrático à autodeterminação das gerações presentes e futuras – o que enseja uma interpretação não maximadora das cláusulas pétreas". (SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado. N.º 12, ISSN 1981-1888. Salvador-BA, 2008).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A visão de que o direito adquirido configura uma garantia constitucional importante, mas que não foi posto pelo constituinte num pedestal, acima dos demais direitos fundamentais e interesses constitucionais e a noção de que a Constituição de 1988 propõe-se, essencialmente, a modificar as estruturas sociais e não a conservá-las nos leva a entender que os direitos adquiridos não são um limite para constituinte derivado.

PORQUE

II - Sujeitar as emendas à Constituição ao acatamento incondicionado de todos os direitos adquiridos no passado é fazer pouco do direito de cada geração de construir seu próprio caminho, mas é também, e acima de tudo, eternizar um *status quo* rebelde às dimensões transformadoras que, por imperativo constitucional, devem estar presentes no direito brasileiro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

30. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

Direito Civil

31. Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar o ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente.
- b) O abuso de direito caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolação dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.
- c) O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro.
- d) É essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar o terceiro, seja na prática do ato ilícito como na conduta abusiva.

32. A partir da compreensão dos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa correta:

- a) Os variados prazos ditados pelos artigos 205 e 206 do Código Civil, por não se reportarem a direitos potestativos, são considerados, pois, como prescricionais extintivos.

b) Os prazos considerados decadenciais do Código Civil são aplicáveis aos denominados direitos potestativos, ou seja, são direitos subjetivos que exigem do outro uma contraprestação ou um dever específico.

c) Todo prazo considerado prescricional está ligado a uma pretensão, ou seja, ao poder que alguém tem de opor-se a uma violação sofrida, prazos estes que se encontram na parte especial do Código Civil.

d) O magistrado não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de direitos, salvo aqueles não patrimoniais ou os concernentes aos absolutamente incapazes.

33. O artigo 108 do Código Civil de 2002 estabelece que: "Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País".

Analise a situação abaixo:

Duas pessoas maiores e capazes celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), documentando o ato por meio de instrumento particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma.

Com base no artigo transcrito acima e na situação relatada é correto afirmar que:

- a) O Código Civil prestigia o princípio da conservação dos atos jurídicos, porém não previu meio de conservar negócios jurídicos eivados de nulidade absoluta.
- b) Ao juiz caberá declarar de ofício a nulidade absoluta do negócio jurídico, não podendo, no caso apresentado, aproveitar a vontade válida declarada no instrumento particular a pedido do contratante interessado.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, mas, nesse caso é possível uma nova qualificação desse negócio jurídico que seria eivado de nulidade absoluta.
- d) Um acordo de vontades não pode contrariar dispositivo legal sob pena de nulidade absoluta.

34. Mariana locou uma casa de Francisco, morando no referido imóvel no período de 01/02/2012 a 30/09/2012, sendo que o aluguel vencia todo dia 05 de cada mês. Ocorre que Mariana se mudou e não pagou o último mês que morou no imóvel de Francisco. Na data de 10/10/2015, Francisco resolveu cobrar de Mariana o mês não pago. Levando em consideração que o Código Civil prevê para essa hipótese prazo prescricional de 03 anos, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Francisco está extinta em razão de não ter exercido seu direito potestativo dentro de um prazo legal.

b) Mariana é titular de um direito potestativo, razão pela qual pode renunciar ao direito de alegar a prescrição, e pagar a dívida prescrita.

c) A renúncia por Mariana valerá, pois basta, para tanto, apenas que o prazo prescricional tenha sido consumado.

d) Mariana e Francisco não poderão estabelecer um prazo maior para a extinção da pretensão, mesmo não prejudicando direitos de terceiros.

35. Em relação às invalidades do negócio jurídico, analise as assertivas abaixo:

I – A arguição de nulidade de um negócio jurídico, ao contrário da anulabilidade não está sujeita a prazo.

II – A nulidade alcança as hipóteses em que a lei taxativamente declarar o ato ou o negócio nulo, bem como aquele praticado para fraudar lei imperativa.

III – As nulidades do negócio jurídico devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, que também as pode sanar.

IV – Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.

V – Não será anulável o negócio jurídico se for preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Das proposições acima:

(a) Duas são verdadeiras e três são falsas.

(b) Duas são falsas e três são verdadeiras.

(c) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.

(d) Quatro são falsas e uma é verdadeira.

36. Analise as afirmações abaixo sobre os contratos em geral, à luz do Código Civil, e marque (V) para Verdadeiro e (F) para Falso:

() A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

() Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

() Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao contratante.

() Não pode ser objeto de contrato a herança.

Identifique a sequência CORRETA de cima para baixo:

a) V – V – V – V.

b) V – V – F – V.

c) V – V – F – F.

d) V – F – V – V.

37. Assinale a alternativa correta sobre o contrato aleatório.

a) É nulo por regulamentar jogos de azar e apostas.

b) É o contraponto do contrato paritário, por limitar a liberdade de convenção e não permitir a transigência.

c) Se tiver por objeto a alienação de coisa futura, o adquirente assume o risco em relação à inexistência e à quantidade da coisa (maior ou

menor), tendo o alienante direito a receber todo o preço, em qualquer das hipóteses.

d) Não existe a possibilidade de ação redibitória para os contratos aleatórios.

38. A respeito dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção CORRETA.

a) Os contratos bilaterais contêm, implicitamente, em seus termos, uma cláusula resolutiva tácita a possibilitar ao contratante o desfazimento do negócio em virtude do inadimplemento absoluto da outra parte. Por esse motivo, caso uma das partes venha a descumprir a sua obrigação, o contrato se resolve de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.

b) Quando a gestão de negócio tiver sido empreendida para evitar prejuízo iminente, a desaprovação da gestão pelo dono do negócio, desobriga-o de cumprir as obrigações contraídas em seu nome, bem como de reembolsar o gestor pelas despesas realizadas, cabendo, nesse caso, a responsabilidade do gestor pelos danos causados ao dono do negócio.

c) Apenas as coisas móveis que estejam no comércio podem ser objeto de contrato estimatório. Nesse contrato, o consignatário assume a obrigação de pagar o preço estimado. Facultando-lhe, porém, no prazo assinalado, a restituição da coisa consignada. A restituição é direito subjetivo do consignatário, não podendo o consignante impedi-la ou limitá-la, pois violaria a natureza do negócio.

d) A doação com cláusula de reversão é aquela em que, se o doador sobrevive ao donatário, o patrimônio retorna ao doador. Podendo essa cláusula de reversão ser estipulada em favor de terceiros, ou seja, o doador pode prever que, caso ele faleça, a doação será revertida a pessoa diversa do doador.

39. Nos contratos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato ou a sua revisão. Nesse contexto, a expressão “extrema vantagem” deve ser interpretada como:

a) elemento substancial

b) elemento accidental.

c) elemento endógeno.

d) elemento exógeno

40. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição resolutiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.

b) Em casos de evicção parcial mas considerável, o evicto poderá optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

c) Se o contrato de alienação aleatória referir-se a coisas existentes mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, o alienante terá direito a todo o preço ainda que a coisa já não existisse, em parte ou de todo, no dia do contrato; mas o pode prejudicado obter a anulação da alienação se provar que o outro contratante não ignorava a consumação daquele risco ao qual se considerava, no contrato, exposta a coisa. d) Na compra e venda com cláusula de retrovenda, direito de retrato é cessível e transmissível a herdeiros e legatários.

Filosofia

41. Considerando os conceitos de direito e de moral, assinale a opção correta à luz da filosofia do direito.

- a) Kant desenvolveu a teoria do mínimo ético, segundo a qual o direito representa todo o conteúdo moral obrigatório para que a sociedade possa sobreviver minimamente.
- b) Hans Kelsen formulou a teoria da bilateralidade atributiva, asseverando que a moral não se distingue do direito, mas o complementa por meio da bilateralidade ou intersubjetividade.
- c) Christian Thomasius propôs a distinção entre o direito e a moral, sob a inspiração pufendorfiana, com base na ideia de coação.
- d) Thomas Hobbes desenvolveu a teoria da atributividade, segundo a qual direito e moral estão inter-relacionados, tendo ambos origem no direito natural.

42. Ao comentar a doutrina aristotélica da justiça, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra Estudos de Filosofia do Direito, indica aquele que seria o "preceito básico do direito justo, pois só por meio dele a justiça se revelaria em sua atualidade plena". Este preceito, que também pode ser definido como "uma feliz retificação do justo estritamente legal" ou ainda "o justo na concretude", é denominado

- a) dignidade.
- b) vontade.
- c) equidade.
- d) piedade.

43. A palavra política é empregada ora para significar uma atividade específica (o governo), realizada por certo tipo de profissional (o político), ora para significar uma ação coletiva (o movimento estudantil nas ruas, por exemplo) de reivindicação de alguma causa, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado. Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política refere-se às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo ou como interlocutor o governo ou o Estado?

Considerando o texto acima e os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue as assertivas a seguir.

I - Com relação à postura do governante diante da ideia de fortuna, Maquiavel afirma que é melhor ser impetuoso que cauteloso, pois o ímpeto é uma virtude política, enquanto a cautela é uma virtude econômica.

II - Para Aristóteles, tanto a alma quanto a cidade constituem-se de estrutura tripartite: a alma é formada por três partes e a cidade, por três tipos de cidadãos. A cada parte da alma corresponderia um tipo de cidadão e apenas um desses tipos de cidadão seria apto para governar a cidade, o filósofo.

III - Diferentemente de Platão, que enfatiza a necessidade da formação filosófica do governante na aquisição de aptidão para governar a cidade, Aristóteles propõe que as instituições é que devem funcionar da melhor maneira possível para a excelência da governança política.

IV - A expressão "os fins justificam os meios", citada textualmente na obra O príncipe, de Maquiavel, indica que a legitimidade de um governo deve ser garantida, mesmo que sejam utilizadas estratégias impopulares, para que, ao fim, sejam garantidos os melhores resultados ao povo. Nesse sentido, a ideia de que é melhor ser temido que ser amado busca garantir que os efeitos do uso da força para o governo sejam constantemente vinculados à soberania do governante, associado fundamentalmente ao poder econômico e religioso.

- a) As assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- d) A assertiva III é falsa.

44. Para Sartre, a liberdade não pode mais ser condicionada por algum tipo de determinismo. A partir da assunção de que não existe um Deus responsável por guiar nossas ações, a liberdade torna-se um incondicionado em relação ao mundo natural. Nesse sentido, Sartre afirma que o homem não pode não ser livre, ou seja, a liberdade do homem tem caráter ontológico. O sentimento de angústia é, para esse autor, derivado da consciência dessa liberdade sem amarras ontológicas. A má-fé seria justamente o ato de negar, conscientemente, essa liberdade que, por ser ontológica, é inescapável. A liberdade individual, entretanto, não é um incondicionado em geral, está relacionada também à liberdade dos outros, levando, assim, o filósofo a caracterizar a existência humana como conflito entre liberdades.



Internet: <ultralafã.wordpress.com>

Considerando-se que as análises de Sartre, influenciadas pelo existencialismo, remetiam a situações ordinárias da vida humana, é correto afirmar que a ideia desse autor representada na tira acima é a

- a) da má-fé.
- b) do conflito.
- c) da angústia.
- d) do determinismo.

45. À luz das regras lógicas do silogismo categórico, analise as seguintes premissas:

Algum ministro não é honesto
Ora, todo ministro é poderoso.

Assinale a opção que apresenta a conclusão que, juntamente com as premissas apresentadas, torna o argumento válido.

- a) Logo, algum ministro é honesto.
- b) Logo, todo honesto é poderoso
- c) Logo, algum poderoso não é honesto.
- d) Logo, algum honesto não é poderoso.

Penal

46. Em relação ao agente que mediante conduta culposa comete homicídio e as consequências produzidas pelo resultado da conduta são de tamanha gravidade que tornam a sanção penal desnecessária podemos afirmar que:

I - O Juiz na fase de dosimetria de pena deve aplicar a hipótese do perdão judicial em relação ao Autor do homicídio;

II - É facultado ao Juiz aplicar causa de redução de pena de 1/6 a 1/3 em razão de homicídio privilegiado culposo

III - Fica a critério do Juiz deixar de aplicar a pena, aplicando perdão judicial

IV - Tanto na hipótese de homicídio doloso simples, quanto no homicídio culposo cabe ao Juiz excluir a punibilidade do agente em função da gravidade do resultado.

- a) A assertiva I está correta e a II está errada
- b) A assertiva III está errada e a IV está correta
- c) A assertiva II está errada e a III está correta
- d) A assertiva IV está correta e a I está errada

47. É correto afirmar que em relação a lesão corporal:

I - por tratar-se de crime material, a consumação ocorrerá quando a ofensa incidir apenas sobre a saúde da vítima.

II - será gravíssima a lesão se dela resultar o abortamento, desde que este tenha sido o resultado visado.

III - será reconhecida a qualificadora da deformidade permanente quando a ofensa ocorrer apenas no rosto da vítima.

IV - a diferença entre a contravenção penal de vias de fato e a lesão corporal está na inexistência de dano à incolumidade física da vítima.

- a) a assertiva I está correta e a III está errada
- b) a assertiva II está errada e a I está correta
- c) as assertivas II e I estão corretas
- d) as assertivas II e III estão erradas

48. Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se:

- a) lesão culposa e homicídio culposos, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) homicídio culposo qualificado pela lesão.
- d) homicídio doloso (dolo eventual).

49. Determinado sujeito, que acabara de se desiludir amorosamente, decide matar sua então namorada. Toma emprestado o automóvel de seu vizinho e, durante o trajeto, por descuido, abalroa gravemente um outro veículo, causando sério prejuízo material. Mas, faltando-lhe coragem para consumir o homicídio, estaciona próximo a um bar, às portas da casa de sua ex-namorada e intencionalmente se embriaga, a fim de ganhar valentia para executar seu plano. Abandona o veículo, vai a pé até a casa da ex-namorada e, mediante asfixia, tira-lhe a vida. À luz do Direito Penal, o sujeito cometeu.

- a) dano e homicídio duplamente majorado, pela embriaguez dolosa e asfixia.
- b) homicídio qualificado pela asfixia.
- c) homicídio qualificado pela asfixia e agravado pela embriaguez pré-ordenada.
- d) dano e homicídio qualificado pela asfixia, em concurso material.

50. Analise as afirmações abaixo e escolha a resposta correta:

I - Furto de uso não constitui crime por falta de atipicidade formal da conduta.

II - No furto mediante fraude, a fraude visa permitir que a vítima incida em erro e, por isso, despoje voluntariamente de seu bem entregando seu bem ao autor do crime.

III - No furto qualificado pelo abuso de confiança, o sujeito não tem a posse do objeto material, que continua na esfera de proteção de seu dono depois da consumação do crime.

- a) () As afirmações I e II estão corretas.
- b) () As afirmações II e III estão corretas.
- c) () Apenas a afirmação I está correta.
- d) () Todas as afirmações estão corretas.

51. Assinale a alternativa correta

I - O regime semi-aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado

II – As circunstâncias agravantes previstas na parte geral do código penal sempre agravam a pena ainda que as qualifiquem quando previstas na parte especial;

III – Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime ou nova contravenção, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior

IV - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, podemos afirmar que estamos diante de um concurso material de crimes

- a) A assertiva I está correta e a III está errada
- b) As assertivas II e III estão erradas e a I está correta
- c) Todas as assertivas estão erradas
- d) Todas as assertivas estão certas

52. Assinale a alternativa correta

I - ser o agente menor de 21 na data da sentença é circunstância que sempre atenua a pena;

II - interdição temporária de direitos é uma espécie de pena restritiva de direitos;

III – No regime semi-aberto o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

- a) A assertiva I está errada e a II está correta
- b) A assertiva III está errada e a II está correta
- c) Nenhuma assertiva está errada
- d) Nenhuma assertiva está correta

53. Quanto às penas e à extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui pena privativa de liberdade a limitação de fim de semana.
- b) Para efeito de reincidência são considerados os crimes militares próprios e políticos.
- c) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- d) O fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime importa em renúncia tácita ao direito de queixa.

54. A pessoa condenada em regime aberto e que exerce atividade em trabalho externo:

- a) Pode descontar a pena aplicada dos dias de trabalho.
- b) Não tem direito à assistência médica.
- c) Tem, depois de seis meses, direito à prisão domiciliar.
- d) Não pode obter a remição da pena pelos dias de trabalho.

55. Por detração penal compreende-se

a) a possibilidade que tem o preso, em regime fechado ou semi-aberto, de descontar parte da execução da pena pelo trabalho.

b) o cômputo no prazo da pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória ou administrativa.

c) a atenuação da pena por ato do Poder Executivo.

d) a conversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade.

Processo Civil

56. Aloísio ajuizou ação de anulação de casamento em face de Júlia. No curso do processo, o juiz designou audiência de instrução e julgamento para colheita dos depoimentos pessoais de Aloísio e Júlia e oitiva das testemunhas. Considerando as regras sobre depoimento pessoal previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) O Código de Processo Civil admite que Júlia se valha da escusa do dever de depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados por Aloísio.

B) Aloísio e Júlia, apesar de devidamente intimados, poderão se recusar a depor, sem que seja aplicada a pena de confissão, por ser o depoimento pessoal mero meio de prova.

C) Aloísio e Júlia deverão responder pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo consultar notas breves, desde que objetivem completar os esclarecimentos.

D) O Código de Processo Civil veda expressamente que o juiz, de ofício, determine o comparecimento pessoal de Aloísio e Júlia, a fim de interrogá-los sobre os fatos da causa.

57. A respeito dos negócios jurídicos processuais:

I - O novo Código de Processo Civil permite às partes plenamente capazes, nos casos em que o processo versar sobre direitos que admitam autocomposição, estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo, inclusive fixando calendário para a prática de atos, desde que o calendário judicial resulte de comum acordo entre as partes e o juiz;

II - O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos não serão modificados, tendo em vista os princípios da autonomia privada no processo, da boa-fé e da cooperação;

III – O calendário judicial poderá fixar a data de publicação de atos processuais, inclusive, a data em que será proferida a sentença, em gabinete;

IV – A partes, atendidos os requisitos legais, poderão convencionar, inter alia, a redistribuição do ônus da prova e a renúncia prévia à recorribilidade das decisões que forem proferidas no processo.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I e IV.

58. Sobre o dever de fundamentação das decisões judiciais:

I – o Novo Código de Processo Civil, no § 1º do seu artigo 489, considera desprovida de fundamentação qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

II – a sentença que enfrenta todos os argumentos deduzidos pelas partes no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão jurisdicional atende ao contraditório substancial, ao garantir às partes o direito de influir no conteúdo dos provimentos judiciais;

III – o dever de fundamentação, ao legitimar a atividade jurisdicional, cumpre uma dupla função: uma endoprocessual, ao permitir o seu controle, tanto pelas partes quanto pelo próprio Poder Judiciário, e uma exoprocessual, ao permitir o controle das decisões judiciais pela via difusa da democracia participativa, exercida pelo povo em cujo nome a sentença é pronunciada;

IV – O Juiz deverá observar (i) as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (ii) os enunciados de súmula vinculante; (iii) os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; (iv) os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; e (v) a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas as assertivas II e III são corretas;
- c) apenas as assertivas I e III são incorretas;
- d) apenas a assertiva I e IV são incorretas;

59. Em matéria de prova:

I – O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida autoriza, por si só, a inversão do ônus do seu pagamento, que será realizado pelo Estado;

II – O princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz possibilita ao magistrado apreciar livremente a prova atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos, sem necessidade de fundamentar a dispensa da perícia;

III – Não configura cerceamento de defesa a decisão que, a um só tempo, deixa de reconhecer

a alegação por falta de prova, por entender o juiz que não era caso de dilação probatória e julga antecipadamente a lide;

IV – Por não se enquadrar nas hipóteses de proteção constitucional do sigilo das comunicações, tampouco estar disciplinada no campo infraconstitucional, a gravação unilateral feita por um dos interlocutores com o desconhecimento do outro deve ser admitida;

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) IV.

60. Jill Valentine ajuizou demanda buscando a reparação por danos morais contra a empresa farmacêutica Umbrella Corporation, fabricante do medicamento antiolesterol MER-29. A consumidora conta que, após uso frequente do medicamento, passou a apresentar vários defeitos visuais, inclusive cegueira de um dos olhos. Tais danos, segundo a consumidora, teriam atingido pelo menos 5.000 (cinco) mil consumidores.

Jill sustenta o seu pleito na responsabilidade pelo fato do produto prevista no artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor, cujo enunciado normativo diz o seguinte: “o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de seus produtos.”

Haveria, segundo a autora, defeito de concepção do produto que, por sua natureza, estaria incluído no risco inerente à atividade do fornecedor.

A empresa farmacêutica contestou o pedido autoral, alegando não existirem defeitos de concepção e que não existe nexo de causalidade entre os agravos sofridos pela consumidora e a utilização do medicamento colocado no mercado. No que diz respeito à extensão do dano, a sociedade empresária sustenta não existirem provas que conduzam a essa conclusão, e que as afirmações da consumidora são meramente especulativas.

A parte autora não produziu prova pericial, alegando insuficiência econômica. Requereu contudo, o testemunho de sua irmã, que foi ouvida pelo Juízo na condição de informante.

A sociedade empresária Ré não produziu prova pericial ou testemunhal, limitando-se a juntar aos autos documentos que comprovam a obtenção de autorização emitida pela agência reguladora responsável pelo setor (a ANVISA), liberando a comercialização do medicamento.

Considerando a situação hipotética narrada, julgue as assertivas a seguir:

I – O Juízo deverá julgar improcedente os pedidos articulados na petição inicial, sob o argumento de que a consumidora não se desincumbiu do ônus de provar a existência de nexo de causalidade entre os agravos ocasionados à sua saúde e o

consumo do medicamento fornecido pela Ré e tampouco comprovou a existência de defeito de concepção do produto;

II – O Juízo, no caso sob análise, tendo em vista a natureza consumerista da relação jurídica e da alegação de hipossuficiência econômica da parte autora, poderá distribuir de forma dinâmica o ônus da prova, atribuindo o ônus da prova da existência denexo de causalidade e de defeito de concepção à empresa farmacêutica, por apresentar maior aptidão para a prova.

III – O novo CPC considera a inversão do ônus da prova uma regra de julgamento, que permite ao magistrado a redistribuição dinâmica do ônus probatório na ocasião do julgamento, sempre diante de insuficiência probatória.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.

61. Havendo revelia, e produzindo ela os seus efeitos materiais, o Magistrado poderá dispensar a fase instrutória, e julgar antecipadamente o objeto do processo

PORQUE

Sendo o réu revel, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

62. O Juiz deverá decidir pela redistribuição dinâmica do ônus da prova na decisão de organização do processo

PORQUE

A inversão do ônus da prova foi acolhida pelo Novo CPC como regra de instrução, em atenção ao princípio do contraditório.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

63. Assinale a alternativa correta:

a) Da decisão do relator que não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida caberá agravo de instrumento.

b) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa.

c) Será julgado pelo STJ em recurso ordinário os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, independente do provimento ou não do pedido.

d) O agravo interno será dirigido diretamente ao tribunal e será instruído, obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

64. Assinale a alternativa correta:

a) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal.

b) Em razão do princípio da dialeticidade, em se tratando de dúvida relevante e não grosseira sobre qual recurso interpor, um poderá ser recebido pelo outro.

c) Considera-se real o prequestionamento do novo CPC que considera incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, independente da inadmissão ou rejeição destes.

d) Aplicam-se ao recurso ordinário as mesmas regras da apelação quanto aos efeitos, prazo e juízo de admissibilidade.

65. Assinale a alternativa correta

a) Da decisão monocrática do relator que negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível não se admite novo recurso, cabendo à parte a eventual impetração de mandado de segurança para assegurar o julgamento colegiado da matéria.

b) No recurso ordinário não existe fundamentação vinculada, admitindo-se ao recorrente a alegação de qualquer matéria desde que respeite os limites objetivos da demanda

c) No recurso ordinário interposto diretamente ao STF e ao STJ, se faz necessário a comprovação do prequestionamento da matéria aduzida no recurso.

d) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles,

a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.

Trabalho

66. Leia o texto a seguir:

“O plano de Dilma para tentar blindar os postos de trabalho no Brasil

Em meio à crise política e econômica, a presidenta Dilma Rousseff decidiu apostar em uma medida para blindar um dos maiores trunfos de seus anos no poder: os baixos índices de desemprego. Em uma tentativa clara de frear o fechamento de vagas no Brasil, Rousseff enviou ao Congresso uma medida provisória (MP) que cria o Programa de Proteção de Emprego. Apoiada por sindicatos e pelo setor industrial, a medida que visa desestimular demissões com redução jornada e redução negociada de salários despertou suspeita em especialistas para os quais o Governo está diminuindo as chances de cumprir o ajuste fiscal prometido

A MP, que ainda precisa ser regulamentada, permite que, em momentos de crise ou de queda expressiva da produção da empresa, a jornada de trabalho seja reduzida em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador. A diferença do salário será parcialmente custeada pelo Governo, que pagará ao trabalhador 50% da perda, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um fundo composto por contribuições pagas sobre a folha de pagamento e que apresentou nos últimos anos problemas de caixa. A complementação será limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego, que corresponde a 900 reais.” (Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/08/economia/1436310286_776968.html)

Julgue os itens a seguir:

I – o salário é protegido, no Brasil, contra as reduções nominais. É possível, entretanto, a sua redução, desde que realizada por negociação coletiva;

II – o programa de proteção ao emprego, ao permitir a redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador, tem por objetivo, dentre outros, desestimular o desaparecimento de postos de trabalho, concretizando o princípio da continuidade da relação de emprego;

III – o direito à irredutibilidade salarial, previsto no inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal protege o valor real do salário, de modo que a perda do valor da moeda em virtude da inflação deve ser corrigida anualmente pelo empregador, sob pena de ofensa a direito fundamental trabalhista;

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) II e III.
- D) I e II.

67. Paulo é operador de máquinas de uma montadora de automóveis. Seu horário de trabalho é das 7:00 às 16:00, dispondo de uma hora de intervalo. O aparelho para registro do ponto eletrônico fica situado ao lado da máquina operada por Paulo e os controles são marcados no início e no fim da efetiva jornada de trabalho. Paulo diariamente chega ao trabalho às 6:15, horário em que sai da condução que o deixa na porta da empresa. Porém, tem que caminhar por cerca de trinta minutos até o local de início efetivo do trabalho. Insatisfeito, Paulo decidiu mover uma reclamação trabalhista em face de seu empregador.

Considerando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- A) Paulo não tem direito às horas extras, pois não havia excesso de jornada.
- B) Tendo havido extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho, Paulo faz jus a 10 (dez) minutos extras no início e no fim da jornada.
- C) Paulo tem direito às horas extras (minutos) no início e no fim da jornada, dada a distância entre o portão da empresa e o local de trabalho, que supera 10 (dez) minutos de deslocamento.
- D) Paulo tem direito às horas extras registradas em seu cartão de ponto.

68. Hugo, José e Luiz são colegas de trabalho na mesma empresa. Hugo trabalha diretamente com o transporte de material inflamável, de modo permanente, nas dependências da empresa. José faz a rendição de Hugo durante o intervalo para alimentação e, no restante do tempo, exerce a função de teleoperador. Luiz também exerce a função de teleoperador. Acontece que, no intervalo para a alimentação, Luiz pega carona com José no transporte de inflamáveis, cujo trajeto dura cerca de dois minutos. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- A) Como Hugo, José e Luiz têm contato com inflamáveis, os três têm direito ao adicional de periculosidade.
- B) Apenas Hugo, que lida diretamente com os inflamáveis em toda a jornada, tem direito ao adicional de periculosidade.
- C) Hugo faz jus ao adicional de periculosidade integral; José, ao proporcional ao tempo de exposição ao inflamável; e Luiz não tem direito ao adicional, sendo certo que a empresa não exerce qualquer atividade na área de eletricidade.
- D) Hugo e José têm direito ao adicional de periculosidade. Luiz não faz jus ao direito respectivo.

69. João trabalha na área de vendas em uma empresa Recebe do empregador, em razão do seu cargo, moradia e pagamento da conta de luz do apartamento, além de ter veículo cedido com combustível. Tal se dá em razão da necessidade do trabalho, dado que João trabalha em local

distante de grande centro, sendo responsável pela distribuição e venda dos produtos na região. Além disso, João recebe uma quota mensal de 10 pacotes de cigarro por mês, independentemente de sua remuneração, não sendo necessário prestar contas do que faz com os cigarros. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Os valores relativos à habitação, à energia elétrica e ao veículo integram a remuneração de João, por serem salário-utilidade, mas não o cigarro, por ser nocivo à saúde.
 B) Os valores de habitação e veículo integram a remuneração de João. A energia elétrica e o combustível, não, pois já incorporados, respectivamente, na habitação e no veículo. O valor do cigarro não é integrado, face à nocividade à saúde.
 C) Nenhum dos valores da utilidade integram a remuneração de João.
 D) Tratando-se de salário in natura, todos os valores integram a remuneração de João, pois são dados com a ideia de contraprestação aos serviços.

70. A respeito das férias, julgue os itens a seguir:

I – Muito embora as férias sejam concedidas por ato do empregador, que deverá escolher o período de férias de cada empregado (como manifestação do jus variandi), em dois casos, o empregado terá direito de usufruir do período de férias em época específica. É o caso do trabalhador menor, cujas férias deverão coincidir com as férias escolares, e dos membros da mesma família que prestem serviço ao mesmo empregador que, caso queiram e não haja prejuízo ao serviço, podem tirar férias juntos.

II – Sempre que as férias forem concedidas após o período de gozo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração, conforme entendimento consolidado no Tribunal Superior do Trabalho.

III – Conforme entendimento consolidado no TST, não será devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

IV – A garantia do direito a férias anuais remuneradas atende a finalidades fisiológicas (permitindo a recuperação física do trabalhador), econômicas (o trabalhador descansado tende a ser mais produtivo), culturais, políticas e sociais.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e III
 b) I, II e III
 c) I, II e IV
 d) I, III e IV;

71. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

PORQUE

A solidariedade que vincula as empresas integrantes do grupo econômico é tanto passiva (ampliando as garantias conferidas ao crédito trabalhista) quanto ativa.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
 B) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
 C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
 D) a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

72. Leia o texto a seguir:

“Já foi o tempo em que as empresas realizavam todas as tarefas. Hoje, elas se concentram nas suas atividades básicas e compram fora bens e serviços especializados e executados por outras empresas ou profissionais.

A tendência constitui, na verdade, uma nova divisão do trabalho e a tendência é crescente. As grandes empresas da Europa, por exemplo, compram de outras empresas cerca de 80% dos itens que compõem seus produtos finais. No Brasil, 75% das grandes empresas praticam algum tipo de terceirização (Leira e Saratt, 1996).

A terceirização bem feita se baseia na especialização. A manutenção de um alto-forno, por exemplo, é melhor realizada por empresas que se especializam nisso. As siderúrgicas brasileiras, como regra, contratam serviços dessas empresas em montante expressivo e que chega a R\$ por ano.

Os fabricantes de aviões, igualmente, compram bens e serviços de empresas especializadas, muitas vezes, no exterior. A Boeing, por exemplo, terceiriza uma grande parte de suas atividades em Moscou, onde mescla engenheiros russos com americanos. Mais da metade das fábricas de turbinas da General Electric localiza-se no exterior (Team SAI 2005).

Da mesma forma, as empresas transportadoras se sentem mais seguras quando contratam a manutenção das turbinas com firmas especializadas. Em 2005, só as companhias americanas contrataram cerca de 4.500 empresas nos Estados Unidos e 650 no exterior, gerando negócios da ordem de US\$ 37 bilhões (Back Aviation Solution, Connecticut: Outlook Newsletter, 2005).

A terceirização no setor de serviços também é intensa. Os bancos avançaram muito nesse campo com a ajuda da informática. O American Express utiliza os serviços de 8 mil empregados em tempo integral que trabalham na Índia e Filipinas. O ABN Amro Bank transferiu 1,5 mil de seus funcionários para empresas especializadas em informática. O

HSBS está em vias de concluir a transferência das atividades de 27 mil de seus funcionários para call centers ao redor do mundo. [...]

Em várias partes do mundo, as novas tecnologias permitiram a incorporação no mercado de trabalho de pessoas que dispõem de tempos flexíveis. Nos Estados Unidos, em 1997, havia cerca de 12 milhões de pessoas trabalhando em casa ("homesourcing"). Em 2005, foram 24 milhões, ou seja, 16% da força de trabalho daquele país!

Esta revolução tecnológica está fazendo emergir novos modelos empresariais. A produção e a venda passaram para escalas gigantescas que requerem uma boa articulação das redes de produção e vendas. Por exemplo, na época de Natal, a Hewlett-Packard (HP) chega a vender 400 mil computadores por dia nas lojas do Wall Mart do mundo! Isso requer uma reformulação completa da rede de fornecedores, estocagem e vendas. Além disso, há o desafio da assistência técnica. A United Parcel Post (UPS), que antes recolhia uma impressora defeituosa na casa do cliente, levava-a à fábrica para conserto e devolvia ao cliente consertada, nos dias atuais, ela mesma conserta o equipamento e entrega ao cliente. É o "insource".

No Brasil, as áreas mais terceirizadas são: informática, organização e métodos, serviços jurídicos, relações públicas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, administração de cargos e salários, folha de pagamento, benefícios em geral, restaurante e alimentação, previdência privada, saúde, seguro de vida e acidentes, transporte coletivo, limpeza e conservação, segurança, gráfica, correio externo, malote, frota de veículos, importação e exportação, auditoria de sistemas, marketing, pesquisa de mercado, propaganda, projetos, laboratórios diversos e serviços domésticos.

A terceirização é um processo irreversível. Faz parte da nova divisão do trabalho. E constitui peça essencial na formação de redes de produção. Aliás, não são mais empresas que competem entre si. A verdadeira competição se dá entre as redes de produção. E isso é crucial para a manutenção das empresas e dos empregos." (PASTORE, José. A Polêmica sobre a terceirização. Publicado na Revista do Instituto Brasileiro de Siderurgia, novembro de 2006. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_137.htm>. Acesso em 2 de maio de 2013, às 08h00min).

Considerando as informações contidas no texto e o posicionamento consolidado na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, julgue os itens abaixo:

I – O Tribunal Superior do Trabalho não tolera a terceirização da atividade-fim do tomador de serviços, salvo no caso do trabalho temporário disciplinado pela Lei 6.019/74. Logo, para o TST, eventual terceirização, pelo HSBC, das atividades de caixas bancários seria considerada ilícita;

II – Para o TST, as atividades de limpeza e conservação, bem como de segurança, integram o

conceito de atividade-meio da empresa. Logo, são passíveis de terceirização lícita.

III – A terceirização ilícita da atividade-fim enseja o reconhecimento de vínculo de emprego do empregado terceirizado diretamente com o tomador de serviços, inclusive quando a terceirização é realizada pela Administração Pública;

IV – Ainda que lícita, a terceirização de serviços expõe o tomador de serviços ao risco de responsabilização solidária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas devidas pela empresa terceirizada, em virtude do princípio da alteridade.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I e II;
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV;

73. Uma empresa contrata plano de saúde para os seus empregados, sem custo eles, com direito de internação em quarto particular. Posteriormente, estando em dificuldade financeira, resolve alterar as condições do plano para uso de enfermaria coletiva, em substituição ao quarto particular. Após a alteração, um empregado é contratado, passa mal e exige da empresa sua internação em quarto particular.

Considerando a situação hipotética narrada e o posicionamento consolidado na jurisprudência do TST, é correto afirmar que:

- a) O empregado não tem razão em sua pretensão, já que as cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento;
- b) O empregado não tem razão em sua pretensão, já que o princípio da continuidade da empresa permite que o empregador reduza ou benefícios concedidos anteriormente, de forma definitiva;
- c) O empregado não tem razão em sua pretensão, já que dificuldades econômicas podem autorizar a supressão provisória por ato unilateral do empregador;
- d) O empregado tem razão em seu pleito, já que o princípio da proteção ao trabalhador impede a modificação de benefícios oferecidos pelo empregador, tanto para aqueles empregados que já eram empregados, quanto para aqueles admitidos após a alteração do regulamento.

74. Sansa Stark é estagiária de Direito do departamento jurídico da sociedade empresária Winterfell Corporation., tendo sido contratada em janeiro de 2011 para receber uma bolsa equivalente a R\$ 500,00. Em dezembro de 2013, Sansa colou grau, graduando-se em Direito.

Entretanto, apesar de colar grau, e em virtude de ainda não ter sido aprovada no exame da OAB, Sansa permaneceu atuando como estagiária do departamento jurídico de Winterfell, percebendo o mesmo valor a título de bolsa-estágio, até que, em

22 de setembro de 2014, foi surpreendida pela comunicação de seu desligamento, realizada por seu Chefe imediato. Considerando a situação hipotética narrada, é correto afirmar que:

- a) O contrato de estágio não foi desvirtuado, de modo que Sansa não poderá pleitear, na Justiça do Trabalho, o reconhecimento da existência de vínculo de emprego;
- b) A validade da relação de estágio pressupõe, dentre outras coisas, a formalização de uma relação jurídica tripartite, da qual são sujeitos a instituição de ensino, o estudante estagiário e a entidade concedente do estágio. A colação de grau faz desaparecer a trilateralidade da relação jurídica, razão pela qual, a partir desse momento, o vínculo de estágio é desfeito. Logo, Sansa poderá pleitear na Justiça do Trabalho o reconhecimento do vínculo empregatício e, em consequência, o pagamento de todas as obrigações salariais correspondentes à relação de emprego;
- c) O contrato de estágio não foi desvirtuado, já que a entidade concedente do estágio respeitou seu o limite de duração;
- d) A partir da colação de grau, a relação de estágio deixou de existir. Todavia, o vínculo jurídico de estágio permaneceria hígido caso Sansa concluísse a sua graduação apenas em 22 de setembro de 2014, já que o único fator de desvirtuamento do estágio, no caso descrito, é a colação de grau.

75. Joana foi contratada para trabalhar de segunda a sábado na residência do Sr. Demétrius, de 70 anos, como sua acompanhante, recebendo salário mensal. Ao exato término do terceiro mês de prestação de serviços, o Sr. Demétrius descobre que a Sra. Joana está grávida, rescindindo a prestação de serviços. Joana, inconformada, ajuíza ação trabalhista para que lhe seja reconhecida a condição de empregada doméstica e garantido o seu emprego mediante reconhecimento da estabilidade provisória pela gestação. Levando-se em consideração a situação de Joana, assinale a alternativa correta.

- a) A função de acompanhante é incompatível com o reconhecimento de vínculo de emprego doméstico.
- b) Joana faz jus ao reconhecimento de vínculo de emprego como empregada doméstica.
- c) Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois este não é um direito garantido à categoria dos empregados domésticos.
- d) Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois o contrato de três meses é automaticamente considerado de experiência para o Direito do Trabalho e pode ser rescindido ao atingir o seu termo final.

Sociologia Jurídica

76. Na perspectiva da sociologia jurídica,

- a) o direito é um aprimoramento do caráter humano.
- b) o direito é uma função da sociedade.
- c) o direito é proveniente de uma autoridade bem formada (Deus, Natureza ou Razão humana).
- d) Deus e a Natureza são objetos de estudo, porque o são de todas as áreas relacionadas ao direito.

77. Uma das dificuldades epistemológicas referentes à sociologia jurídica é a ausência de definições claras, objetivas e consensuais. Essa dificuldade ocorre porque

- a) a sociologia jurídica exclui do âmbito de sua investigação a análise de adesão de atores sociais a normas jurídicas.
- b) a sociologia jurídica é uma ciência humana carregada de subjetividade.
- c) há um pluralismo jurídico e modelos de interlegalidades que nele se fundamentam.
- d) sociólogos e juristas divergem, academicamente, quanto às metodologias de trabalho na área.

78. No que se refere ao racismo no Brasil, assinale a opção correta.

- a) Após os golpes de estado de 1964 e 1968, o mito da democracia racial continua a servir como ideal ou inspiração na sociedade brasileira.
- b) A formulação de Gilberto Freire sobre o país constituir uma democracia social foi, historicamente, rejeitada no Brasil.
- c) Para Florestan Fernandes, o racismo mascarado desempenhou importante papel na manutenção das desigualdades na sociedade brasileira.
- d) A existência de mobilidade social e de abertura racial significa ausência de preconceitos e de discriminação, conforme Florestan Fernandes.

79. Para Max Weber uma ação social significa uma ação

- a) que se caracteriza por um sentido objetivamente correto ou verdadeiro, obtido por indagação metafísica.
- b) impossível de ser compreendida pelo analista.
- c) que se orienta exclusivamente pela expectativa de determinado comportamento de objetos materiais.
- d) que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.

80. Um dos principais conceitos elaborados por Max Weber para analisar as relações de mando e obediência na sociedade é o de "dominação". Quais os três tipos de dominação de uma ordem legítima definidos pelo autor?

- a) Moderna, patrimonialista e demagoga.
- b) Racional legal, tradicional e carismática.
- c) Capitalista, socialista científica e socialista utópica.
- d) Moderna, tradicional e demagoga.